



CONTEUDO - Freguesia

HISTORIA



Corria o ano de 1907 quando Vila Nova, então aldeia da freguesia de S. Salvador de Miranda do Corvo, foi elevada a freguesia, tornando-se na quinta e última do concelho.

O facto ocorreu no dia 14 de Junho, após publicação do despacho da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, no Diário do Governo, ainda no reinado de D. Carlos, que viria a ser assassinado na Praça do Comércio, em Lisboa, a 1 de Fevereiro de 1908.

O despacho, efectuado a 6 de Junho, foi assinado pelo Conselheiro Director Geral da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Visconde da Torre, a 12 de Junho, o que permitiu a constituição da quinta e última freguesia do concelho de Miranda do Corvo.

Antes da sua elevação à categoria de freguesia, a povoação designava-se Vila Nova de Santo André, de acordo com uma brochura editada em 1965 por Armando Alves Silva, baseando-se em manuscritos compulsados, informações do historiador Belisário Pimenta, de Miranda do Corvo, e até em documentos que dizia possuir.

Segundo um pequeno livro editado nos primeiros anos da década de 1950, a que tivemos acesso, a criação da freguesia não foi muito pacífica, dado que existiu «forte oposição da parte da autoridade religiosa de Miranda e de elementos políticos da região e da teimosia de algumas povoações».

Mas, da parte da Câmara e da Junta da Paróquia de Miranda do Corvo a desanexação parece ter sido um processo pacífico.

Nas actas da autarquia foi possível encontrar, na reunião de 01 de Fevereiro de 1907, uma deliberação pedindo ao Governo de Sua Majestade para ser “criada uma nova freguesia, no lugar de Vila Nova, a qual é pedida pela maioria dos povos que devam pertencer à nova freguesia, sendo de muita conveniência para esses povos para não terem de vir alguns deles à distância superior a dez quilómetros”.

“Secundando a Câmara, desta forma o pedido dos povos e da Junta da Paróquia desta freguesia de Miranda do Corvo, ficando o presidente encarregado de elaborar e assinar a representação, sendo enviado ao seu destino por intermédio do Ex.º Governador Civil deste distrito”, lê-se na acta.

A fundação da freguesia de Vila Nova só foi possível graças à persistência de António dos Reis e César Ramos Pereira, entre outros ilustres vilanovenses, que contaram com a preciosa ajuda do Dr. António Oliveira Guimarães, Juiz de Direito da Boiça, do lado do Governo, e do Monsenhor Cónego Andrade, pela parte religiosa.

O professor universitário Manuel Alves da Silva, natural de Vila Nova, recorda que existiram duas razões para a desanexação dessa “área maioritariamente montanhosa do sudeste do concelho de Miranda da paróquia de São Salvador sediada em Miranda”.

Manuel Alves da Silva sublinha que a paróquia de São Salvador estendia-se por uma área imensa muito superior à de qualquer das paróquias do concelho (Lamas, Rio de Vide e Semide), o que dificultava a frequência do culto religioso por parte das populações mais altas, que se encontravam a uma distância considerável da igreja de Miranda. Por outro lado, sublinha o universitário na área das Ciências Físico-Químicas, sucedia que Vila Nova era, desde há anos, sede de uma Assembleia Eleitoral Primária, unidade básica fundamental para a organização dos cadernos eleitorais e realização de eleições gerais de deputados.

A Assembleia Eleitoral Primária de Vila Nova era uma das quatro existentes no concelho, juntamente com Miranda do Corvo, Semide e Lamas, que integravam o Círculo Eleitoral nº 9, com sede em Arganil. Era constituída pelas localidades de Albarrol, Barbéns, Besteiros, Cadaval, Chapinha, Galhardo, Giestal, Gondramaz, Lapão, Lomba do Rei, Supegal, Torno, Tróia, Vialonga, Cardeal, Carvalheira, Caseiros, Casalinho, Corga, Corujeira, Favais, Sandoeira, Moita, Meroucinhos, Pisão, Retorta, Roçaió, São Gens, Souravas, Tábuas, Vila Flor, Vila Nova (com Vale do Arinto) e Zorro. Destas localidades, Chapinha, Tróia, Moita, Retorta e

Roçaião não integraram a nova freguesia, continuando na dependência de Miranda do Corvo.

O concelho de Miranda do Corvo integrava este círculo, que elegia três deputados da nação às Cortes Gerais do Reino, com os concelhos de Arganil, Góis, Lousã, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova e Tábua.

Segundo Manuel Alves da Silva, com o empenho de António dos Reis é promovida uma petição e iniciada a construção das estruturas indispensáveis ao funcionamento da nova paróquia – uma igreja e um cemitério para sepultar com dignidade os defuntos.

António dos Reis dispôs-se generosamente a financiar a construção da igreja e do cemitério e a conseguir os necessários apoios políticos e eclesiásticos, “se as populações entendessem apoiar e subscrever o projecto”.

Com o apoio do professor primário César Ramos Pereira, calcorreiam as povoações da Assembleia Primária de Vila de Nova para conseguir obter assinaturas em apoio da petição a enviar ao Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça. Manuel Alves da Silva refere que, em meados de 1904, estava já organizada a petição com as listas dos nomes e assinaturas ou outro meio de prova de identidade dos apoiantes, se não soubessem escrever. Refere ainda que foi necessário esperar pelas eleições de Abril de 1906, que deram vitória folgada ao partido progressista, dirigido por João Franco, que dissidente do partido regenerador se reconciliara com José Luciano de Castro, o chefe histórico do partido que se reconciliara.

Vila Nova deu vitória folgada a João Franco. João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco (1855-1929) foi um dos políticos dominantes da fase final da monarquia constitucional portuguesa. Natural de Alcaide (Fundão), era formado em Direito pela Universidade de Coimbra, tendo ocupado vários cargos na magistratura judicial (delegado do procurador régio), nas alfândegas e no Tribunal Fiscal e Aduaneiro. Eleito deputado às Cortes em 1884 (pelo círculo eleitoral de Guimarães), rapidamente subiu na vida política ocupando vários postos ministeriais e a presidência do conselho de ministros. Em dissidência com Hintze Ribeiro, abandonou o Partido Regenerador e formou o Partido Regenerador Liberal.

Em Maio de 1906 o país estava cansado de tanta luta e foi forçoso que subisse ao poder um grupo político, que sem compromissos anteriores pudesse liquidar e regular as importantes questões pendentes.

O terceiro governo de Hintze Ribeiro cai, após apenas 57 dias no poder, e os regeneradores-liberais surgem como a alternativa. O novo ministério era composto por João Franco, Presidente do Conselho, com a pasta do Reino; Ernesto Driesel Schröter, Fazenda; Luís Cipriano Coelho de Magalhães, Estrangeiros; Aires de Ornelas e Vasconcelos, Marinha e Ultramar; António Carlos Coelho de Vasconcelos Porto, Guerra; José de Abreu do Couto Amorim Novais, Justiça; e José Malheiro Reimão, Obras Públicas.

O ministério regenerador-liberal foi apoiado pelo partido progressista, e estes dois partidos reunidos formam a denominada concentração-liberal. João Franco afirma querer governar à inglesa (19 de Maio), prometendo o aprofundamento da democracia.

Liquidada a questão dos tabacos, com o novo contrato dos tabacos de Outubro de 1906, João Franco dedicou-se à implantação das suas reformas, apresentando ao parlamento as da contabilidade pública, da responsabilidade ministerial, da liberdade de imprensa e da repressão anarquista.

Na sessão parlamentar de 20 de Novembro de 1906, protagonizou a expulsão violenta do parlamento dos deputados republicanos Afonso Costa e Alexandre Braga.

Face à greve académica na Universidade de Coimbra e à crescente agitação social, o apoio parlamentar dos progressistas é retirado e os ministros progressistas demitem-se.

A 2 de Maio de 1907 João Franco passa a governar em ditadura, depois do encerramento do Parlamento e é neste quadro que o processo de criação da freguesia de Vila Nova seria despachado favoravelmente.

António dos Reis chegou a ocupar o cargo de vice-presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, mas a demissão de João Franco a 4 de Fevereiro, de 1908, depois do regicídio que com o rei D. Carlos I e o príncipe herdeiro Luís Filipe a serem assassinados à chegada a Lisboa, precipitou a saída do principal fundador da freguesia de Vila Nova.